

Os versos amargos de Cora Coralina: figurações da “criança” e do “menor” entre a poesia e a ditadura militar no Brasil

José dos Santos Costa Júnior

Universidade Regional do Cariri
Crato, Ceará, Brasil

Recebido em: 17 set. 2024

Aprovado em: 17 out. 2025

Publicado em: 12 nov. 2025

Resumo

Após o golpe de Estado em abril de 1964, foi lançada pelo governo militar em 1 de dezembro a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) com as concepções e propostas voltadas para o segmento infantojuvenil pobre. Este texto, todavia, parte de uma crítica externa a essa engrenagem institucional por meio da atuação da poeta goiana Cora Coralina (1889-1985) em favor dos direitos das crianças e jovens durante a ditadura militar. A partir do conceito “partilha do sensível”, proposto pelo filósofo francês Jacques Rancière e da metodologia da análise do discurso de Michel Foucault, aciona-se um arquivo literário e problematiza-se: como a poesia de Cora Coralina disputou significados sobre o menor marginalizado na cena pública? Articulam-se três aspectos conclusivos; a) a emergência de temas sociais sensíveis como a marginalização de crianças apareceu de forma mais incisiva na poesia de Cora Coralina nos anos 1970; b) o uso da linguagem poética foi uma estratégia de sensibilização sobre direitos humanos e esteve alinhada à atividade epistolar por meio da qual buscou se comunicar, cobrar medidas e convencer autoridades públicas e intelectuais sobre problemas do país; c) a sua poesia buscou influenciar o debate público e participou da disputa sobre problemas nacionais como a criança marginalizada e menorizada.

Palavras-chave: História e Poesia. Cora Coralina. Ditadura Militar. Questão do Menor.

* Professor Adjunto da Universidade Regional do Cariri, Departamento de História. Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba; graduado em História pela Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: costa.junior@urca.br

 <https://orcid.org/0000-0002-0629-3217>

 <http://lattes.cnpq.br/3276624670972058>

The bitter verses of Cora Coralina: figurations of the "child" and the "minor" between poetry and the Military Dictatorship in Brazil

José dos Santos Costa Júnior

Regional University of Cariri
Crato, Ceará, Brazil

Received: 17th Sept. 2024

Approved: 17th Oct. 2025

Published: 12th Nov 2025

Abstract

Following the coup d'état in April 1964, the military government launched the National Policy for the Welfare of Minors (PNBEM) on December 1st, encompassing external concepts and proposals for the poor child and youth segment. This text, however, begins with an external critique of this institutional framework through the work of the poet Cora Coralina (1889-1985) from Goiás, who advocated for the rights of children and youth during the military dictatorship. Based on the concept of "sharing the sensible," proposed by French philosopher Jacques Rancière, and Michel Foucault's discourse analysis methodology, the article draws on a literary archive and questions: how did Cora Coralina's poetry dispute meanings about marginalized minors in the public arena? Three conclusive aspects are articulated: a) the emergence of sensitive social issues such as the marginalization of children appeared more incisively in Cora Coralina's poetry in the 1970s; b) the use of poetic language was a strategy to raise awareness about human rights and was approved for the epistolary activity through which he sought to communicate, demand measures and convince public authorities and intellectuals about the country's problems; c) his poetry sought to influence public debate and participated in the dispute over national problems such as marginalized and minoritized children.

Keywords: History and Poetry. Cora Coralina. Brazilian Military Dictatorship. The Child Issue.

* Adjunct Professor at the Regional University of Cariri, Department of History. PhD in History from the Federal University of Rio Grande do Sul; Master's degree in History from the Federal University of Paraíba; Bachelor's degree in History from the Federal University of Campina Grande. Email: costa.junior@urca.br
 <https://orcid.org/0000-0002-0629-3217>  <http://lattes.cnpq.br/3276624670972058>

*Eu escrevo por um imperativo vital, devido a uma
força que vem do fundo do meu ser.*

Cora Coralina. 1976.

Introdução

Daqui e dali emerge no cenário historiográfico contemporâneo uma série com múltiplos estudos que se debruçam sobre a história da ditadura militar¹ no Brasil e sobre a história da infância e juventude durante este período (Miranda, 2014; Boeira, 2018; Daminelli, 2019, entre outros). Tal investimento tem sido importante para renovar o entendimento sobre as relações entre Estado e sociedade por meio das diferentes políticas públicas e corporativas voltadas para o segmento infantojuvenil. Tais estudos ampliam a percepção sobre as dinâmicas entre crianças, jovens e os aparelhos institucionais do Estado de exceção, assim

-
- 1 Embora haja um denso debate sobre a terminologia para esse período da história do Brasil, sendo disputadas nomeações como “ditadura militar”, “ditadura civil-militar”, “ditadura de segurança nacional”, “regime ditatorial”, “ditadura empresarial-militar”, entre outras, aciono o termo “ditadura militar” por duas razões: a) o Estado como instituição social não existe apartado e alheio à sociedade civil, pois a pressupõe e é a todo o tempo mediado, atravessado e tensionado pelas demandas que tal sociedade vivencia. Logo, falar em “ditadura civil-militar” para demonstrar a interferência da sociedade sob a ação do Estado não parece ser uma escolha metodologicamente adequada tendo em vista que a interferência de instituições e agentes da sociedade civil na estrutura do Estado é um pressuposto elementar e não um diferencial dessa experiência específica; b) a gestão dos recursos públicos, a alteração do ordenamento jurídico e das relações entre Estado e outros setores sociais foi algo que esteve institucionalmente sob a alçada de um grupo específico, isto é, a equipe composta por militares e seus agentes de governo que decidiam e implementavam ações, efetivamente. Assim, embora tenha existido a convivência, parceria e financiamento de atores sociais externos ao Estado isso não torna inviável que se compreenda e reconheça que a ditadura, enquanto um modo de operar o governo das condutas e da sociedade em seu conjunto, esteve sob o comando daqueles que tomaram o Estado a partir de um golpe e por meio de práticas variadas (o sequestro, tortura, perseguição e censura) tornou tal modo de governo “viável” por mais de vinte anos no país, apesar das discontinuidades no apoio ofertado por alguns setores da sociedade daquela época. Para uma discussão acerca das implicações historiográficas dessas formas de nomear esse período, ver Carlos Fico (2017).

como também resultam de pesquisas históricas, literárias e sociais que mobilizam arquivos variados e ainda pouco conhecidos pela comunidade acadêmica e o público em geral.²

Este texto insere-se no debate sobre a emergência do menor infrator no Brasil. O menor infrator como um sujeito que surgiu como efeito do dispositivo da menoridade (Costa Júnior, 2021; Alvarez, 1989), isto é, a rede de saberes, poderes, instituições, profissões e discursos que inventaram o menor infrator como um sujeito caracterizado pelos termos “abandono”, “criminalidade” e “delinquência”, sendo assim passível de punições específicas – o que rendeu ao longo do século XX duas edições do Código de Menores, em 1927 e 1979. O menor infrator emergiu como conceito-imagem, pois ao passo em que variados discursos (científicos ou não) trataram de caracterizá-lo e nomeá-lo até mesmo em termos jurídico-penais, ao longo do tempo também foi sendo gestada uma imagem que o delimitou em termos etários e raciais, configurando seu rosto na ordem do visível. Todavia, neste texto discute-se mais detidamente a crítica da questão do menor na obra poética de Cora Coralina, situando sua produção entre as décadas de 1960 e 1980. Problematizo: como a poesia de Cora Coralina disputou significados e imagens sobre o menor marginalizado na esfera pública?

Trata-se, portanto, de uma estratégia específica para entrar no período ditatorial e ler como os militares pensaram a infância pobre e minorizada, mas a partir daquilo que uma poeta periférica deu a ler por meio de seus poemas eminentemente críticos em relação à sociedade goiana e à sociedade brasileira, por extensão. É por meio da poesia que um dado contexto histórico será desdobrado e dado a ler neste artigo, o que pode fazer pensar sobre os riscos e (des)caminhos que a leitura da poesia pode apresentar para a escrita da história.

Na tradição ocidental a obra de Aristóteles (2011) permitiu diferenciar a poesia como gênero voltado para o universal enquanto a história estaria focada na singularidade, naquilo que é histórico, transitório. Poderia, então, a poesia ser uma fonte histórica? Se por um lado a tradição nos legou tal diferenciação entre os gêneros discursivos, por outro lado a historiografia tornou-se capaz de indagar a poesia como uma fonte histórica na medida em que mesmo que haja em alguns autores a vontade de abordar aquilo que há de “universal” – se é que algo existe de universal, mas este não é o meu foco nesse momento! –, por outro lado ela é sempre resultado de um trabalho de imaginação e escrita historicamente situado no

2 O texto se insere no denso e profícuo campo de estudos de história das infâncias no Brasil, compreendendo que “infância” é uma categoria historicamente constituída para designar uma experiência da vida, um momento da trajetória individual que categoriza a criança como sujeito singular, com diferenças em relação a outros grupos de idade, tais como adultos, idosos, jovens etc., considerando-se as relações de continuidade e descontinuidade de traços culturais que marcam a dinâmica geracional e sem esquecer o alerta de Pierre Bourdieu (2003) e Alfredo Veiga-Neto (2000) acerca do caráter arbitrário das idades e faixas etárias. Para uma discussão clássica sobre a invenção da infância no Ocidente com a primeira obra a tratar mais detidamente desse tema, ver Philippe Ariès (2006). No contexto brasileiro, a obra de Mary Del Priore (2015) nos anos 1990 e 2000 permitiu sistematizar e configurar o campo da história da infância de um modo bastante significativo. Para uma discussão sobre a emergência da historiografia da infância, uma relativização do argumento de Ariès e uma ampliação do debate sobre as infâncias no plural, ver Costa Júnior (2023).

tempo e espaço.

Assim como a prosa, a poesia também suscita densos debates sobre a relação entre a criação literária e o mundo – o velho problema do “referente”, como nos ajuda a pensar a reflexão de Antoine Compagnon em *O demônio da teoria* (2010), se coloca de maneira efetiva. Em termos metodológicos, é preciso ler a poesia como um documento/monumento, tal qual nos convocam a pensar Jacques Le Goff (2013) e Michel Foucault (2016), tratando-a não somente pela sua interioridade textual, mas pela sua exterioridade discursiva. Em outros termos, significa dizer que embora a crítica interna da poesia como fonte documental torne possível descrever suas estratégias linguístico-textuais, sintático-semânticas, seus temas e as marcas de estilo, também é relevante encarar a crítica externa como a possibilidade de relacionar tal forma e conteúdo com as condições históricas em que essa materialidade discursiva se tornou possível em sua especificidade. Afinal, o que acontecia naquela época e em que circunstâncias se viu a nossa poeta para querer fazer da poesia uma forma de denúncia da violência contra crianças e adolescentes?

Portanto, pode o historiador ler o passado a partir de um gesto que cruza imaginação e realidade, sem compromisso documental algum? Ora, sem adentrar ainda mais nos densos debates que mediam a relação entre história e literatura e que já tem sido objeto de reflexão teórica e metodológica de longo curso (Lima, 2006; Compagnon, 2010; Albuquerque Júnior, 2019), construo este texto a partir da confabulação entre historiografia, filosofia e literatura. Mobilizo as ferramentas da análise do discurso de Michel Foucault (2016) para problematizar as formas da poesia de Cora Coralina em sua historicidade e como ela foi atravessada por discursos sobre educação, trabalho e marginalização social. Assim, embora não se esqueça da dimensão textual da literatura, proponho que a leitura da fonte literária a situe em um campo de forças mais ampliado no qual as formas de dizer e silenciar sobre um tema são resultado de seleções, arquivamentos, modelos estéticos e efeitos políticos que transcendem a textualidade da poesia.

Em se tratando de uma análise do discurso, compreendo com Foucault (2012, p. 8) que:

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e seus perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Ao acionar a análise do discurso para fins de problematização da questão do menor na poesia de Cora Coralina, alguns elementos de ordem metodológica devem ser explicitados, conforme as reflexões foucaultianas sobre a arqueologia do saber e a genealogia do poder:

- a) Crítica da relação entre linguagem e realidade como sendo caracterizada não por um espelhamento, mas por uma dimensão bélica, conflitiva, em que a linguagem tensiona o real e participa da produção de significados sobre a realidade;
- b) Reconhecimento do autor ou autora não como uma figura soberana, possuidora e

instituidora do discurso, mas constituindo-se como uma ocasião linguística e social, isto é, a autora é efeito da rede discursiva em que enunciações e enunciados variados são agenciados, sem um polo determinador isolado;

c) A enunciação singular caracterizada em um ato de fala, imagem ou poema específico somente se torna possível na medida em que é atravessada e constituída por um enunciado. Um exemplo disso é o enunciado “abandono” que é muito mais que uma palavra ou enunciação específica, mas uma condição discursiva importante para que certa imagem do menor infrator e marginalizado se tornasse possível naquele momento. Assim, o enunciado é este algo a mais que torna uma enunciação específica possível e que é preciso descrever;

d) Toda produção discursiva relaciona-se a um conjunto de regras sem o qual ela não seria possível, ou seja, para que a crítica do menor fosse possível pela literatura, jornalismo, cinema etc., como ocorreu ao longo dos anos 1970, foi preciso que certas regras discursivas fossem constituídas e organizassem elaborações específicas sobre o tema. Exemplo disso é que “marginalidade”, “abandono”, “desestruturação familiar”, “pobreza material” e “violência urbana” são conceitos que estruturaram a formação discursiva em que diferentes discursos emergiram sobre a questão do menor em seus variados aspectos;

e) Delimitar e descrever o aspecto material da produção discursiva, pois nenhum discurso pode prescindir da forma sonora, escrita, imagética etc. Há uma materialidade constitutiva do discurso e no caso de um poema, por exemplo, a sua estrutura lógica, textual, gramatical, visual e sonora demonstra isso com alguma facilidade;

f) Existe um campo associado no qual todo discurso emerge, isto é nenhum discurso é isolado em relação a outros saberes constituídos na sociedade. Assim, vemos como ao longo dos séculos XIX e XX, por exemplo, foi sendo fabricado o conceito-imagem do menor infrator na interface do saber médico psiquiátrico com a antropologia criminal, a psicanálise dos anos 1920 e 1930 de um autor como Arthur Ramos (cf. Costa Júnior, 2023). O campo associado não significa que um discurso é condizente, unilateral ou convergente com todos os outros que lhe são contemporâneos. A batalha na história intelectual sobre os sentidos de criança, infância e sua institucionalização no âmbito das políticas públicas deixa claro que se trata exatamente do contrário (Costa Júnior, 2022). Dito isto, uma ressalva metodológica de primeira ordem em termos de análise do discurso na chave arqueológica e genealógica de Foucault é que não se trata de entender a disputa entre os saberes (científicos ou não) em termos de uma relação dialética. Há uma dispersão e descontinuidade que lhe são inerentes, não havendo puramente um avanço qualitativo a partir de um conflito que lhe seria anterior. Isso, contudo, não significa dizer que somente a descontinuidade rege a produção e circulação dos discursos, mas que as permanências e transformações são lidas de um modo singular.

A mobilização de uma análise do discurso literário – considerando-se aí as profundas remissões pedagógicas, médicas e filosóficas sobre a infância e juventude marginalizadas – foi acionada neste texto para dar conta de outro aspecto: a configuração da escrita poética como uma forma de partilhar o sensível, isto é, uma maneira de comunicar sensações e impressões do mundo social que tornam possível fortalecer o espaço comum e o entendimento sobre os

dilemas que constituem a sociedade em um dado momento histórico. Aciono, portanto, o conceito “partilha do sensível”, formulado pelo filósofo francês Jacques Rancière (2009) para demonstrar como a poesia de Cora Coralina foi uma maneira de ler a realidade brasileira dos anos 1960 a 1980 e disputar espaços na ordem do discurso para certos temas e problemas.

Partilha do sensível significa duas coisas: a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação, a distribuição de quinhões. Uma partilha do sensível é, portanto, o modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum partilhado e a divisão de partes exclusivas (Rancière, 2009, p. 7, grifos no original).

Partilhar o sensível tem a ver com a produção de um significado específico para comunidade, isto é, o espaço comum, compartilhado. Paradoxalmente, a construção do comum pressupõe divisões que são reconhecidas em suas hierarquias e tensões previamente constituídas nas relações sociais para que a partir disso se possa urdir um sentido mais horizontal e dialogado. A produção desse sentido envolve uma dimensão cruzada entre a estética e a política, considerando-se que a primeira diz respeito aos critérios e valores que orientam o nosso olhar para reconhecer ou não determinadas demandas, temas e sujeitos no espaço social, enquanto o segundo termo se refere aos processos decisórios de natureza institucional e não institucional – mas sempre marcada por relações assimétricas e hierárquicas de poder na acepção foucaultiana do termo (Foucault, 2012) – que faz com que o jogo entre o verdadeiro e o falso, o justo e o injusto, o limpo e o sujo, o normal e o anormal, o incluído e o excluído sejam praticados na vida social.

Ora, espero demonstrar a partir da poesia de Cora Coralina como a sensibilidade não é algo que tem a ver com uma leitura piegas ou clichê dos problemas da sociedade. Ao contrário disso, a sensibilidade tem a ver com as capacidades de enxergar e sentir as dores do mundo, as vozes dos outros e a partir disso construir formas de combate que se dão na ordem do saber e se materializam também nas formas de praticar os poderes nos quais estamos implicados. Falar em partilha do sensível com enfoque na “questão do menor” significa buscar entender que o tema da infância marginalizada só pôde ser reconhecido no espaço comum da sociedade brasileira dos anos 1960-1980 na medida em que diferentes intelectuais, jornalistas, militantes e políticos se empenharam em caracterizar e definir que naquele espaço comum da sociedade apenas algumas crianças especificamente sofriam a marca do abandono e da criminalização. Foi quando houve o reconhecimento das divisões existentes no acesso ou não a alguns direitos que se tornou possível dizer por que alguns daqueles sujeitos eram chamados de “menores” e outros de “crianças”.

O espaço literário e o nome próprio: de Anna Lins a Cora Coralina

Embora não haja nesse texto um enfoque mais detidamente biográfico sobre Cora Coralina, penso que muito do que ela escreveu tem a ver com as experiências que viveu e as noções que construiu sobre si e os outros – o que não significa aqui a velha redução da obra à trajetória do autor na já conhecida “ilusão biográfica” mencionada por Bourdieu (2006), mas a compreensão de uma autonomia relativa da sua criação em relação a alguns traços de sua história pessoal.

Nascida em 20 de agosto de 1889 na “Casa Velha da Ponte”, em Goiás, e falecida em 10 de abril de 1985, na mesma cidade, Anna Lins dos Guimarães Peixoto Brêtas teve uma trajetória fascinante entre Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro, o que vem sendo objeto de uma série de estudos literários, sociológicos e históricos para situar a produção literária e a biografia de Cora Coralina na história do Brasil entre os séculos XIX e XX. E foi aos 14 anos de idade, quando começou a escrever os seus primeiros textos que decidiu atribuir a si outro nome, como relatou da seguinte forma:

Quando eu comecei a escrever, por muita vaidade e ignorância, nesta cidade havia muita Anna. Sant’Anna é a padroeira daqui. E quando nascia uma menina davam-lhe logo o nome de Anna. Nascia outra era Anna. De modo que a cidade era cheia de Anna, Aninha, Anita, Niquita, Niquinha, Nicota, Doca, Doquinha, Doquita, tudo isso era Anna. Você ia procurar saber era Anna. Então eu tinha medo que a minha glória literária fosse atribuída a outra Anna mais bonita do que eu. Então procurei um nome que não tivesse xará. Olhei pela cidade, corri as minhas recordações, indaguei como chamava tal moça, assim, assim, filha de fulano... Não achei nenhuma Cora. Aí optei por Cora. Depois Cora só era pouco, achei Coralina e aí juntei Cora Coralina e passei a me identificar por Cora Coralina. Porque meu nome Anna é muito comprido: Anna Lins dos Guimarães Peixoto Brêtas, sendo Brêtas de meu marido. Então Cora Coralina é mais fácil. Se fosse Anna tinham que perguntar: “Mas qual é essa Anna? Essa Anna é aquela e tal, filha de fulana”. Custoso né? E Cora Coralina é mais fácil. Falou Cora Coralina, boa ou ruim, é ela mesma (Especial Literatura, 1985, *apud* Britto, 2006, p. 33).

A escolha de um nome³ que poderia singularizá-la no campo literário não foi acompanhada de uma carreira intelectual, por assim dizer, pois as condições familiares e sociais em que Cora Coralina viveu não favoreceram a sua inserção no campo literário de uma forma contínua. Como sugere Pierre Bourdieu (2006, p. 186), com o “nome próprio, institui-se uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como agente, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis”. É verdade que Cora Coralina já havia conseguido escrever e ganhar alguma visibilidade em Goiás nos primeiros anos do século XX, mas isso acabou não tendo uma duração muito longa por razões variadas.

Acreditava-se que a sua primeira produção era uma crônica sobre o Cometa Halley publicada no Jornal A Rosa em 1907. Todavia, localizamos no Jornal Tribuna Espírita, do Rio de Janeiro, a crônica José Olympio Xavier de Barros, sobre o pioneiro do espiritismo em Goiás, escrita em 31 de dezembro de 1905, quando Anna Lins possuía dezessete anos.

Mas, sem dúvida, foi o conto Tragédia na Roça, publicado no Anuário do Professor Ferreira, em 1910, que propiciou seu reconhecimento público, chegando o crítico a mencionar que era “a maior escritora do nosso Estado, apesar de não contar ainda com 20 anos de idade” (Britto, 2006, p. 31).

Entretanto, a vida pessoal iria tomar o prosclênio e literalmente redefinir o caminho da jovem Cora Coralina. Ela havia começado um namoro com Cantídio Brêtas e aos poucos passou a circular a informação de que se tratava de um homem casado. De fato, embora não estivesse mais com a antiga companheira, ele ainda era formalmente casado e naquele momento uma situação desse tipo recaía sobre a figura da nova namorada como uma pecha, uma espécie de estigma por namorar um homem comprometido. Mas Cora Coralina não desistiu da sua relação e em 25 de novembro de 1911 foi morar com Cantídio em São Paulo. Naquele estado

3 “Apesar de inúmeras tentativas de interpretação do pseudônimo convém suscitaros que o nome Cora vem da mitologia grega. Segundo consta no livro A Grécia: mitos e lendas de Alain Quesnel (1996), Cora era a filha única de Deméter, deusa dos trigais e das colheitas. Raptada por Hades, deus dos mortos e dos mundos subterrâneos, irmão de Zeus, é levada para o reino dos infernos. Revoltada, Deméter proíbe o nascimento das colheitas e das plantas até que a filha seja encontrada. Preocupado Zeus envia o mensageiro Hermes para que traga Cora de volta desde que não tenha comido nenhum alimento dos mortos. Todavia, Cora havia comido sete grãos de uma romã. Deméter ameaça deixar a terra estéril para sempre e Zeus propõe uma solução: que durante três meses do ano Cora estaria em baixo da terra com o marido Hades e receberia o nome de Perséfone “a que causa a destruição” e nos nove meses restantes ficaria com sua mãe. O autor conclui observando que é por isso que, na primavera e no verão, quando Cora está com Deméter, esta cobre a terra de uma vegetação luxuriante e verde, no outono, quando se aproxima a hora da partida, Deméter fica triste, as plantas deixam de crescer, as folhas secam. Mas, quando a filha se transforma na inquietante Perséfone, a deusa, desesperada, amaldiçoa o solo. E nada cresce durante os três meses que os homens chamam inverno” (cf. Britto, 2006, p. 33).

morou em cidades como Jaboticabal, Penápolis, Andradina, na capital nas ruas dos Gusmões, Marajó no Brás, Pires da Mota na Aclimação, Pinheiros e Marquês de Itu, vindo a se casar oficialmente no ano de 1926, “oito anos antes de ficar viúva” (Britto, 2006, p. 38). Muitos anos depois, em 22 de março de 1956, Cora deixou em São Paulo os filhos, netos e amigos para retornar ao estado de Goiás. Em entrevista para a TVE em 1985, ela se expressou da seguinte forma: “a força da terra, das raízes que me chamavam eram mais fortes e [se] sobrepôs a todos esses afetos familiares. Quando eu voltei, não tinha intenção de permanecer, tinha a intenção de matar saudades velhas e carregar saudades novas” (Especial Literatura, TVE, 1985, *apud* Britto, 2006, p. 45).

Foram 45 longos anos distante da sua terra natal. Nesse período, Cora Coralina não abandonou a escrita, embora esta não pudesse se tornar ainda a sua principal atividade. Em uma entrevista a Vicente Fonseca (1982, *apud* Britto, 2006, p. 39) ela disse: “através dos longos anos até a publicação deste livro eu sempre escrevi alguma coisa: espaço em jornais, em revistas, fora de Goiás, porque vivi 45 anos longe desta minha terra, de modo que nesse tempo todo eu estive ligada à literatura”.

A partir de 1919 ela passou a enviar artigos para a revista *A Informação Goyana* que foi um periódico escrito por goianos e publicado no Rio de Janeiro com a direção de Henrique Silva (Brito, 2006, p. 39) e foi na edição do dia 15 de fevereiro de 1919 que o referido periódico divulgou a seguinte mensagem: “Cora Coralina é o pseudônimo de uma escritora brilhante que, com o maior entendimento *A Informação Goyana* registra aqui entre seus colaboradores a partir do presente número. Seus trabalhos como Ipê Florido, evocam sempre paisagens ou coisas da longínqua terra que ela deixou na mocidade” (Britto, 2006, p. 39).

Aqueles eram os anos do pré-modernismo e Cora não esteve alheia à circulação de ideias sobre literatura e arte. É sabido que a Semana de Arte Moderna realizada em fevereiro de 1922 foi um divisor de águas na história da literatura e das artes no país, culminando em um amplo e heteróclito movimento modernista que se espalharia ao longo do tempo pelo país inteiro. Mas demorou algum tempo para que Cora Coralina emergisse na cena pública contemporânea como a poeta dos becos de Goiás, como a mulher que deu nome à Casa Velha da Ponte, transformada no Museu Casa de Cora Coralina quando a propriedade privada foi transferida para a Prefeitura Municipal em 1985.

A “explosão discursiva” de e sobre Cora Coralina, como assim analisa a historiadora Andrea Delgado (2003) se deu em 1980 quando Carlos Drummond de Andrade publicou a crônica Cora Coralina, de Goiás no *Jornal do Brasil*. Embora ambos já tivessem trocado cartas, a partir daquela crônica houve uma repercussão enorme sobre a obra de Cora Coralina e com isso ela passou a ser publicada, solicitada, escutada e inserida em termos editoriais e institucionais no campo literário. Drummond usou o seu prestígio e espaço no campo para fazer a divulgação da obra e contribuir para o reconhecimento da poeta, como demonstra a vasta pesquisa sociológica de Clóvis Carvalho Britto (2006).

A emergência da figura de Cora Coralina como mulher-monumento na esfera pública criou as condições para o seu reconhecimento como escritora, como “educadora da infância”,

mas também como uma pessoa cuja escrita trazia elementos que visavam certa orientação existencial ou temporal, independentemente dos temas em tela. Ao estudar A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias, Andrea Delgado (2003, p. 179) analisou a produção da mulher-monumento a partir de uma ampla série documental que permite compreender “as práticas discursivas do processo de monumentalização” e a “profusa produção iconográfica” a partir de diferentes linguagens como jornais, revistas, televisão. “A verbosidade e a imagem de Cora Coralina são agenciadas na produção do fato midiático” (*Idem*).

Na trama que gerou o reconhecimento da escritora com certeza um dos principais aspectos do circuito de consagração social foi o recebimento de alguns prêmios tais como o Troféu Jaburu – Personalidade Cultural que foi concedido à Cora Coralina pelo Conselho Estadual de Cultura de Goiás, em outubro de 1981; o Troféu Juca Pato como “A Intelectual do Ano de 1983”, oferecido pela União Brasileira de Escritores (UBE), o título de Doutora Honoris Causa atribuído a Cora Coralina pela Universidade Federal de Goiás (UFG) em 1983, entre outros (cf. Delgado, 2003, p. 136-137, nota 134).

Cora Coralina produziu quatro obras: Poemas dos Becos de Goiás e estórias mais (1965 – poesias); Meu Livro de Cordel (1976 – contos); Vintém de Cobre – meias confissões de Aninha (1983 – poesias); Estórias da Casa Velha da Ponte (1985 – contos), lançado postumamente. Embora em um primeiro momento a obra dessa autora possa parecer reduzida frente à imagem da idosa escritora e sábia, uma série de estudos mostra as condições históricas, editoriais e familiares que oportunizaram ou não a configuração da escrita e sua vinculação com a trajetória de Cora Coralina. Assim, ao fazer um estudo biografemático⁴ com foco na biblioteca da poeta (objetos, receitas, cartas, fotografias etc.), a crítica literária Andréa Grants (2016) contribui para perceber a presença da escrita em vários traços da vida de Cora Coralina. Assim, pode-se ver que apesar de a fama ter chegado tardiamente, isso não se refere a uma obra feita instantaneamente e já na velhice, mas sim uma produção que foi tecida e cozida com a chama do tempo por toda uma vida.

Tais condições, assim como muitas outras, foram importantes para a constituição de Cora Coralina como figura pública e a atribuição de um valor cultural e estético à sua obra. Deste modo, em sua análise literária Darcy Denófrio (*apud*, Britto, 2006, p. 71) ressaltou alguns traços da obra, subdividindo-a em sete eixos temáticos: Nos reinos de Goiás (o olhar para o mundo); Canto de Aninha (o olhar para o universo interior); Criança no meu tempo (processos educativos); Paraíso perdido (Brasil rural e sertanejo); Entre pedras e flores (vertente simbólica); Canto solidário (preocupações humano-cristãs e sociais); e Celebrações (exaltações específicas e abrangentes).

Emerge da obra de Cora Coralina uma miríade de temas e problemas sobre os quais uma ampla e sofisticada bibliografia tem se debruçado em diferentes áreas. Neste texto,

4 Biografema é uma expressão cunhada pelo semiólogo francês Roland Barthes (1915-1980) para se referir aos objetos da cultura material que registram os traços biográficos de uma pessoa no tempo e espaço.

recorto dois poemas que permitem tensionar a produção da diferença entre o “menor” e a “criança” como sujeitos que emergem da sua poesia. Compreendo que seus poemas se constituíram como formas de debater e denunciar os problemas da sociedade. Pode-se ver em sua escritura um gesto de crítica em relação ao status quo e à situação de crianças e jovens marginalizados na sociedade brasileira no momento em que os destinos da nação e o corpo da população estiveram sob a égide de uma ditadura militar que surgiu por meio de um golpe civil e militar em 1964 e se estendeu até 1985.

A epígrafe deste texto deixa clara a percepção que Cora Coralina tinha sobre a sua relação com a escrita como experiência vital e visceral. Isso permite pensar como a sua configuração do espaço literário, para usar a expressão de Maurice Blanchot (2011), relacionou a configuração da sua própria subjetividade como mulher, autora, mãe, doceira etc., com um olhar sobre o mundo que a circundava e com o qual ela se relacionava de modo ativo, provocativo, não passivo. Deste modo, pode-se entender com Blanchot (2011, p. 48) que:

Só se começa a escrever quando, momentaneamente, por um ardil, por um salto feliz ou pela distração da vida, consegue-se driblar esse impulso que a conduta ulterior da obra deve despertar e apaziguar de modo incessante, abrigar e afastar, dominar e sofrer sua força indomável, movimento tão difícil e tão perigoso que todo escritor e todo artista se surpreendem, de cada vez, por tê-lo realizado sem naufragar.

Portanto, a constituição de um espaço literário se dá a partir de tensões produtivas com “o fora”, com as alteridades que o circundam e a gama de circunstâncias que (im)possibilitam o ato de escrever. Escreve-se como forma de relação com o mundo e consigo mesmo, na medida em que a escritura participa da produção da subjetividade e redimensiona as singularidades da relação entre o autor e a obra em dado momento histórico. Cora Coralina emergiu na cena pública contemporânea no momento em que o país vivia sob uma ditadura militar e os problemas sociopolíticos foram tratados a partir de uma ótica com a qual a autora não concordava. Assim, alinhou a sua sensibilidade à tarefa crítica de propor caminhos e tornar visíveis na ordem do discurso algumas figuras com as quais se solidarizou no encontro humano mediado pela arte de escrever.

A poesia e a partilha do sensível, ou da literatura como expressão política

O ano de 1979 foi instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Criança. Internamente, o Brasil vivenciava já há algum tempo o debate sobre a modificação do Código de Menores instituído pelo Decreto-Lei de 12 de outubro de 1927 em razão de o menor infrator ter cada vez mais se tornado um problema nacional envolvendo

a relação entre o Estado, a segurança pública e a delinquência infantojuvenil (cf. Costa Júnior, 2021; Botelho, 2000).

Na letra da lei houve a alteração do Código de Menores em 1979 – essa lei também ficou conhecida, em sua versão de 1927, como Código Mello Mattos, dada a participação do juiz José Cândido de Albuquerque Mello Mattos (1864-1934) no debate público sobre infância na primeira metade do século XX, tendo sido o primeiro juiz de menores do país. Tal lei se pautava pela lógica policial de identificação e punição dos menores considerados abandonados e delinquentes, sinônimos de instabilidade social, medo e insegurança.

A novidade do Código de 1979 era o paradigma da “situação irregular” forjado por meio da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) proveniente da Escola Superior de Guerra (ESG) que fez uso de uma imagem do “inimigo interno” para justificar atos e políticas durante a ditadura militar (Rosemberg, 2016). Esta mudança na legislação menorista esteve imbricada com a maquinaria discursiva e institucional fabricada com a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) instituída em 1964 no pacote das primeiras decisões tomadas pelos militares que empreenderam o golpe de Estado depondo o presidente João Goulart em 31 de março. Se no discurso jurídico as diferentes enunciações instituía novos modos de perseguir, identificar e penalizar o menor delinquente agora visto como inimigo interno, por outro lado, na poesia de Cora Coralina, era possível perceber outros contornos do tema.

No poema Oração do Pequeno Delinquente, podia-se ler:

Oração do Pequeno Delinquente

Fazei, Senhor, presente
a razão dos que me julgam,
que enquanto os filhos de pais abastados
tinham escolas escolhidas,
alimentos, recreação, carinho e brinquedos,
eu, filho de pais ignorantes e pobres,
era criança marginalizada,
perdida pelas ruas,
detida no pátio das Delegacias,
driblando os guardas,
solerte e malandrim
às voltas com o Juizado de Menores.
Eu tinha fome.
Sonhava com um bife bem grande.
Um pastel enorme, uma fruta.
Um doce sem tamanho.
Eu era Menor Abandonado.
Correndo dos guardas

sozinho, sem escola e faminto.
Meu Deus, acordai o coração dos meus juízes.
Senhor, dai idealismo às autoridades
para que elas criem em cada bairro
pobre de Goiânia
uma Escola conjugada Profissional
e Alfabetização para os meninos pobres,
antes que eles se percam pelo abandono
e por medidas inoperantes e superadas dos que tudo podem.

Mobral... Dai um Mobral
à criança que não teve lugar
na Escola Primária ou deixou
de a frequentar por falta de uniforme,
de livros e de cadernos e taxas
escolares.
Enquanto houver no meu País
uma criança sem escola
haverá sempre um adulto se evadindo
de um Mobral. Aumenta o número
de adultos analfabetos na razão
direta da criança sem escola,
aumenta a criminalidade jovem
na razão direta do Menor Abandonado,
infrator corrompido, delinquente
a caminho da criminalidade do adulto
pela falta de escolas profissionais,
escolas de salvação social
(Coralina, 2014, p. 232-233).

O poema se situa no âmbito do dispositivo da menoridade ao redimensionar as chaves interpretativas sobre “a questão do menor” na cena pública. Se por um lado há a originalidade ou singularidade da expressão poética da Cora Coralina que em seus versos livres e sem métrica rígida – uma expressão das ideias modernistas das quais ela se apropriou a partir dos anos 1920 – aborda a figura da criança abandonada, por outro lado também se vê como o enunciado “trabalho” participa da explicação e solução do problema em debate.

Data do fim do século XIX a crença de que o trabalho seria o elemento regenerador da juventude perdida, daquelas crianças e jovens que haviam sido marginalizados e excluídos da sociedade. Tratava-se de uma leitura funcionalista e que não rompia totalmente com a subalternidade daqueles excluídos da nação. É verdade que desde o período imperial discutia-

se sobre a construção de escolas profissionais na prevenção da marginalização e do delito, bem como na formação de uma subjetividade alinhada com o capitalismo e a higienização social dos costumes (cf. Mariano, 2015), mas naquele momento esses discursos ganhavam outras proporções com diferentes meios de comunicação de massa e aparelhos institucionais. Desse modo, ao articular educação e trabalho como salvadores da nação, Cora Coralina dá ressonância a um discurso muito mais amplo do qual ela se apropria e leva adiante com um tom específico.

Uma diferença importante que o contexto apresentava era o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) que foi criado pelo governo militar para solucionar outro problema nacional: o analfabetismo (cf. Alves, 2012). Para um país cujo processo de industrialização crescia desde a última década do século XIX era necessária uma mão de obra mais qualificada e treinada, o que tinha a ver diretamente com o processo de escolarização e combate ao analfabetismo. Assim, uma vez que o poema fala sobre um necessário “idealismo” que deveria ser adotado pelas autoridades competentes para gerir a questão do menor, se vê que tal enunciação não está distante do conteúdo mais geral que redefinia o campo sociopolítico em termos de cidadania, acesso ao trabalho e escolarização compulsória.

No Natal de 1973 a poeta distribuiu um folheto intitulado “Menor abandonado – versos amargos para eles” com mensagens manuscritas no verso. Posteriormente, divulgou de forma intensa esse material durante o Ano Internacional da Criança. Depois este poema foi publicado no livro Poemas dos Becos de Goiás e outras estórias mais.

Menor abandonado

Versos amargos para o Ano Internacional da Criança, 1979

De onde vens, criança?

Que mensagem trazes de futuro?

Por que tão cedo esse batismo impuro
que mudou teu nome?

Em que galpão, casebre, invasão, favela,
ficou esquecida tua mãe?...

E teu pai, em que selva escura
se perdeu, perdendo o caminho
do barraco humilde?

Criança periférica rejeitada...

Teu mundo é um submundo.

Mão nenhuma te valeu na derrapada.

Ao acaso das ruas – nosso encontro.

És tão pequeno... e eu tenho medo.
Medo de você crescer, ser homem.
Medo da espada de teus olhos...

Medo da tua rebeldia antecipada.
Nego a esmola que me pedes.
Culpa-me tua indignância inconsciente.
Revolta-me tua infância desvalida.

Quisera escrever versos de fogo,
e sou mesquinha.
Pudesse eu te ajudar, criança-estigma.
Defender tua causa, cortar tua raiz
chagada...

És o lema sombrio de uma bandeira
que levanto,
pedindo para ti – Menor Abandonado,
Escolas de Artesanato – Mater et Magistra
que possam te salvar, deter tua queda...

Ninguém comigo na floresta escura...
E o meu grito impotente se perde
na acústica indiferente das cidades.

Escolas de Artesanato para reduzir
o gigantismo enfermo
da criança enferma
é o meu pedido S.O.S

Estou sozinha na floresta escura
e o meu apelo se perdeu inútil
na acústica insensível da cidade.
És o infante de um terceiro mundo
em lenta rotação para o encontro
do futuro.

Há um fosso de separação
entre três mundos.
E tu – Menor Abandonado,

és a pedra, o entulho e o aterro
desse fosso.

Quisera a tempo te alcançar,
mudar teu rumo.
De novo te vestir a veste branca
De um novo catecúmeno.
És tanto e tantos teus irmãos
na selva densa...

E eu sozinha na cidade imensa!
"Escolas de ofícios Mãe e Mestreira"
para tua legião.
Mãe para o amor.
Mestreira para o ensino.
Passa, criança... Segue o teu destino.
Além é o teu encontro
Estarás sentado, curvado, taciturno.
Sete "homens bons" te julgarão.
Um juiz togado dirá textos de Lei
que nunca entenderás.
- Mais uma vez mudará de nome.
E dentro de uma casa muito grande
e muito triste – serás um número.

E continuará vertendo inexorável
a fonte poluída de onde vens.
Errante, cansado de vagar,
dormirás como um rasteiro
enrodilhado, vagabundo, clandestino
que crescem sem parar.

Há um fosso entre três mundos.
E tu, Menor Abandonado,
és o entulho, as rebarbas e o aterro
desse fosso.

Acorda, Criança,
Hoje é o teu dia... Olha, vê como brilha lá longe,
na manchete vibrante dos jornais,

na consciência heroica dos juízes,
 no cartaz luminoso da cidade
 o ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA
 (Coralina, 2014, p. 226-229).

Cora Coralina fez dos poemas uma maneira de dividir com os outros as suas sensações diante da realidade socioeconômica de uma parcela ampla da população brasileira. Os seus versos amargos perguntam sobre o que teria batizado a criança brasileira sob o estigma da delinquência e do abandono; perscruta espaços marcados pela ausência de infraestrutura básica para a população como as favelas, mas também os territórios ocupados para tentar formas de sobrevivência como galpões abandonados; desconfia dos efeitos da institucionalização e a despersonalização das crianças e jovens que se tornam números em ambientes tristes. O poema traz ao mesmo tempo o lamento diante de uma falência do modelo familiar almejado, pois a figura do pai emerge como ausência constitutiva da subjetividade infantil e juvenil, mas também situa a criança no amplo território de um “terceiro mundo” – expressão política que surgiu no século XX para se referir aos países que hoje são nomeados como subdesenvolvidos ou em desenvolvimento na América Latina, África e Ásia (cf. Shohat; Stam, 2006) – no qual sofre exclusões de toda sorte.

A estrutura do poema funciona como um pêndulo entre a figura da criança adjetivada na primeira parte do texto como “periférica rejeitada”, possuidora de uma “rebeldia antecipada”, vivente de uma “infância desvalida”, daí a sua configuração como “criança estigma” e “criança enferma”, o que também reforça uma ótica funcionalista⁵ que mobiliza a metáfora médica para a leitura do campo social como organismo em convulsão. Por sua vez, a segunda parte do poema nomeia o “Menor Abandonado” como a “pedra, entulho e aterro” do fosso que, neste caso, parece ser usado como termo para se referir à sociedade que ele habita. Depois, a expressão “o entulho, as rebarbas e o aterro” produz o mesmo efeito sonoro e rítmico.

É curioso perceber como a metáfora médica junto com uma interpretação religiosa, pois o eu lírico diz assim: “quisera a tempo te alcançar/mudar teu rumo/De novo te vestir a veste branca/De um novo catecúmeno”. A roupa branca aparece aí como símbolo de um espaço religioso a ocupar – e que se configuraria como verdadeira salvação em terra para a figura do menor abandonado – e reforço de uma imagem angelical da criança idealizada.

Mas o corpo da “criança enferma” estaria situado em circunstâncias que não

5 Basicamente, uma leitura funcionalista parte do pressuposto de que a sociedade funciona como um organismo cuja ordem provém de um equilíbrio entre as diferentes partes ou funções que a compõe. Fenômenos como delinquência e criminalidade foram vistos como efeito de uma desorganização da ordem “natural” desse organismo social, daí sendo necessário adotar medidas de punição, prevenção e contenção da violência. Para uma discussão sobre as bases teóricas do funcionalismo na tradição norte-americana com enfoque na Sociologia da Juventude, ver Groppo (2017).

favoreceriam o seu crescimento. A força da metáfora médica e da ótica funcionalista está demonstrada em uma série de documentos históricos que partiram de diferentes campos sociais e com diferentes possibilidades de alcance na realidade histórica, referindo-se à temática da infância marginalizada. Pode-se ler, por exemplo, a definição de “casa higiênica” no Código de Menores de 1927 como um dos critérios que se deveria levar em conta para a institucionalização do menor e a devida compreensão sobre as origens da sua conduta antissocial.

Como alguém que olha para a realidade brasileira e as transformações que a caracteriza ao longo dos anos, Cora Coralina se preocupava com as crianças e jovens que eram formalmente reconhecidos e ditos como o futuro da nação, mas na prática econômica e política ainda eram esquecidos. É bom lembrar que no Brasil a taxa de mortalidade infantil vinha sendo objeto de cuidados ao longo dos anos, pois nos anos 1940 a taxa era de 20 por mil habitantes; posteriormente, “caiu para quatorze mortes por mil habitantes na década seguinte e para seis por mil habitantes em 1980” (Klein; Luna, 2014, p. 32). Além disso, Cora Coralina escreveu olhando para uma população predominantemente infantojuvenil, pois “no fim do século XX, a idade média da população era de 25 anos, sete anos acima da registrada em 1960” (Klein; Luna, 2014, p. 42).

Na interface entre textos e imagens pode-se ler como se constituiu toda uma narrativa que vinculava o problema nacional do menor a uma série de outras questões estruturais na sociedade brasileira, desde a pobreza geradora de toda espécie de vulnerabilidades, passando pelas estruturas violentas do Estado no tratamento com a população carente, até os processos de reprodução ou atualização da violência. Este foi o tipo de denúncia presente no poema *Oração do Pequeno Delinquente*. O menor abandonado, sem acesso à educação e depois tendo que abrir mão até mesmo da possibilidade de estudar no Mobral se constituiu como drama cotidiano apresentado na poética de Cora Coralina.

Se ela recorre à ideia da oração isto permite analisar que, guardadas as distâncias sociais de diferentes tipos, a autora quis fazer pensar sobre a subjetividade de tantos meninos solitários que somente dialogando consigo mesmo – e possivelmente mediado pela crença em uma entidade espiritual – elaborariam sentidos para suas dores e sofrimentos. “Oração” pode ser lida neste sentido como chamamento a uma conversa que o indivíduo, em situações singulares e sob algumas condições específicas, empreende para constituir um trabalho sobre si mesmo. Recuando no tempo e indo para um lugar distante das terras de Goiás, pode-se lembrar de que foi por meio da oração, da prece religiosa e da fé esboçada em gestos de contemplação sobre a sua situação e dos companheiros do trapiche abandonado em Salvador (BA), que Pirulito elaborou sentidos para si e constituiu sua vocação mediada pela parceria de Padre José Pedro, como se lê nas páginas do romance *Capitães da Areia* (1937) do escritor baiano Jorge Amado (2004), com quem Cora Coralina trocou diversas cartas alimentadas pela sua admiração profunda.

Ao seu modo, Cora também exerceu certa militância sobre os temas do menor abandonado e dos presidiários, principalmente a partir da década de 1970. Em sua tese sobre

a poeta, a historiadora Andrea Delgado (2003) nos conta que uma das estratégias usadas por Cora foi a escrita de Cartas Abertas para as autoridades públicas, como o presidente Médici, o governador de Goiás, o presidente da Funabem ou ainda por meio de seus posicionamentos críticos e politicamente engajados em periódicos como o Jornal de Brasil:

A criação de Escolas Profissionais ou Escolas de Ofícios, nos moldes das Escolas de Aprendizes Artífices criadas pelo presidente Hermes da Fonseca, é sua principal proposta [...]. Em defesa da sua ideia, ela argumenta que os jovens aprenderiam artes visuais manuais que deveriam ser valorizadas visto que 'o artesanato é fonte criadora de trabalho e arte jamais superada e cuja demanda aumenta com o cansaço e o volume da produção em série (Delgado, 2003, p. 247-248).

Fazendo da poesia uma forma de intervenção no mundo, opondo-se às formas de opressão contra grupos estigmatizados e excluídos socialmente, a poesia de Cora Coralina pode ser lida como ponto de atravessamento de uma série de outras práticas discursivas produzidas desde o início do século XX, remetendo, por exemplo, ao enunciado que fazia do trabalho a possibilidade de salvação das crianças marginalizadas. Ela se colocou frontalmente contra os processos de institucionalização que desumanizavam as crianças, tornando-as números em uma instituição cuja proposta muitas vezes sequer foi claramente explicada à sociedade, tornando-se muito mais um espaço para reter os indomáveis, os ingovernáveis.

Mas, frente à Oração do Pequeno Delinquente, caberia pensar: quais os sentidos que a fé operaria na constituição de subjetividades alinhadas às experiências da dor e do desamparo? Fé aparece aí muito menos como oblação divina e mais como instância imaginativa, força criativa de novos sentidos para uma trajetória individual ou coletiva a fim de alimentar forças de resistência e não cultivar uma espécie de niilismo passivo frente às dores do mundo. A experiência religiosa que apareceu em textos de Cora Coralina deixa notar as conexões entre religião, militância e movimentos que questionaram o discurso hegemônico sobre o menor infrator, assim como estava ocorrendo no âmbito da Igreja Católica com a criação da Pastoral do Menor em 1975 em São Paulo e, posteriormente, resultaria em estudos sobre o tema e a configuração da Campanha da Fraternidade de 1987 com o tema "Fraternidade e Menor" e o lema "Quem acolhe o menor, a mim acolhe".

Ao indagar sobre a relação entre a obra de Cora Coralina e a ditadura militar no Brasil, Clóvis Britto (2006, p. 159) enfatiza o seguinte:

Num primeiro momento parece difícil encontrar pontos de contato. Todavia, é curioso verificarmos a publicação da primeira edição de Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais, em 1965, início, e da segunda, em 1978, distensão da ditadura. [...] na segunda edição Cora incluiu mais onze poesias com uma forte temática social, produções que poderiam ter sido censuradas quando o

livro foi editado pela primeira vez. Os poemas da edição de 1965 possuem um questionamento social, como na trilogia dos becos, muitas vezes, encoberto por metáforas, a exemplo da galinha morta e dos portões dos becos.

Ora, se muitas vezes não existe uma crítica direta aos presidentes da época, isto não significa dizer que houve algum tipo de complacência em relação ao status quo. Em sua pesquisa, Andrea Delgado (2003) mapeou toda uma atividade epistolar de Cora Coralina destinada para políticos e intelectuais, discutindo temas de relevância pública, como se lê no trecho a seguir:

Tratando de assuntos relacionados ao menor, encontrei “Cartas Abertas” dirigidas ao Presidente Médici, ao Presidente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, ao Governador do Estado de Goiás, ao Prefeito de Goiânia, ao diretor da Cohab, ao Governador de São Paulo, ao Prefeito de Porto Alegre. A poeta critica-os ao implementar a política do Banco Nacional da Habitação que construía conjuntos habitacionais que não eram compatíveis com as necessidades das famílias numerosas, visto que as casas ou apartamentos eram muito pequenos. Ela acusa: “no planejamento dos seus conjuntos residenciais destinados às famílias de menores recursos foi esquecido criminosamente a presença da criança” que, sem o “espaço vital” necessário, “ela vai para a rua e junta-se a outros maiores para conhecer a cidade avaliar as possibilidades do ilícito”. Por isso, ela solicita uma “revisão e melhor concepção urbanística e sociológica desses conjuntos destinados, sobretudo aos que menos podem. Pensando um pouco na criança vai lá viver e se desenvolver”. Em seguida, apresenta suas sugestões: aumentar a área das construções, uma praça central – “que possa ser ao mesmo tempo parque de recreação infantil e área verde indispensável a todos”, com uma escola ao centro, “mais um campo de esportes anexo ao conjunto para os maiores e, ao lado, uma Escola Profissional que atendesse a juventude” (Delgado, 2003, p. 247).

Atenta aos rumos da nação e aos projetos políticos em curso, Cora Coralina tecia a sua crítica por meio da literatura e da escrita de cartas abertas aos dirigentes de tais projetos. A partir dos anos 1970 dois temas do menor abandonado e do presidiário ganharam espaço em sua escrita. O envio das cartas às figuras políticas baseava-se “nos postulados democráticos que permite a todo e qualquer cidadão se dirigir pessoalmente ou em carta aberta ou particular às altas autoridades do país” (Delgado, 2003, p. 246). Houve a preocupação de arquivar esses materiais, conforme demonstram as pesquisas de Grants (2016) e Delgado (2003) sobre o arquivo pessoal e a biblioteca de Cora Coralina. Ali, as cartas aparecem em “Cadernos” ao lado dos poemas e demais fragmentos.

Considerações finais

Busquei demonstrar, a partir da obra poética de Cora Coralina – recortada aqui em dois excertos singulares – como o tema da infância marginalizada pôde se tornar objeto de uma denúncia com forte caráter ético, estético e político na sociedade brasileira das décadas de 1960 a 1980. Ao mobilizar o conceito “partilha do sensível” de Jacques Rancière procurei compreender que a leitura do social parece operar em uma dupla pinça: por um lado, a construção do comum como espaço habitável e compartilhado; por outro, o reconhecimento das divisões e hierarquias que fazem parte do social e que somente ao serem reconhecidas discursivamente torna possível que certos temas possam surgir no debate público. Por meio da literatura de Cora Coralina foi possível problematizar como a sua crítica acerca da desigualdade socioeconômica no país e o impacto disso sobre a infância marginalizada somente foi possível somente na medida em que ela reconheceu as diferenças no grupo populacional infantojuvenil. Nem todas as crianças eram vistas como menores. Somente ao reconhecer que o espaço comum é composto por variações e hierarquias diversas que partilham sensibilidades e afetos sobre determinados temas é que se pode entender como a “criança estigma” se tornou o objeto de uma obra poética com forte caráter estético e político.

Embora a sua relação com a literatura seja datada dos primeiros anos do século XX, foi apenas a partir da década de 1960 que Cora Coralina pôde ter a sua obra publicada e a sua imagem constituída na cena pública contemporânea. Isso fez com que por muito tempo se pensasse que a sua produção fosse tardia, isto é, produzida durante a velhice. Como mostrei acima, desde a década de 1910 ela produziu textos literários e tanto o verso como a prosa fizeram parte da sua relação com a escrita.

Além disso, sua atividade epistolar e a crônica de Carlos Drummond de Andrade publicada no Jornal do Brasil em 1980 foram condições importantes para a invenção de Cora Coralina como figura pública, embora o seu primeiro livro tivesse sido publicado em 1965. A partir dos anos 1970 alguns temas socialmente sensíveis passaram a figurar nem sua obra poética, a exemplo de “o menor abandonado” e “os presidiários”. Cora Coralina se preocupava com as condições socioeconômicas e a forma de vida que boa parte da população levava naquele momento. Embora os seus poemas também estivessem marcados por uma perspectiva moral e orientadora da existência, não se pode dizer que tenha um caráter “moralista” no sentido de mera correção e julgamento da vida e do comportamento alheio. A autora problematiza as condições de vida e critica as desigualdades sociais, trazendo para o seu espaço literário as imagens daqueles que identifica como os excluídos do projeto nacional.

A sua escrita sobre infância e juventude tem a ver com as suas experiências singulares com este segmento, a exemplo da sua interação com o Grupo dos Escritores Novos (GEN) entre 1963 e 1969. Isso foi objeto de comentários dela sobre perceber a abertura dos jovens em relação à sua obra e os considerar como os seus “interlocutores preferenciais”, diferentemente dos adultos (cf. Delgado, 2003, p. 222; 248).

Ao olhar para o amplo cenário histórico em que Cora Coralina esteve e atuou, percebe-

se que o seu modo de praticar a crítica social esteve assentada na sua sensibilidade e na forma como atribuiu valor àquelas figuras sociais consideradas estigmatizadas e esquecidas. Ela escreveu e relatou problemas sociais durante o “milagre econômico”, isto é, “a política econômica dos governos Costa e Silva e Médici, baseado na firme condução do Estado, e beneficiando-se de uma conjuntura internacional favorável, [que] provocou um ciclo de grande crescimento econômico, os anos do milagre econômico brasileiro” (Reis, 2014, p. 90). Além do aspecto formal sobre o andamento da economia, a escritora compreendia que a transformação da realidade envolvia outros fatores e aspectos que deveriam ser considerados. O famigerado crescimento econômico não rimava com distribuição de renda de forma equitativa e com acesso a uma vida digna para muitos cidadãos.

Ao escrever sobre pessoas excluídas desse “desenvolvimento nacional”, tais como os presidiários e os menores abandonados pelas ruas do país, ela se contrapôs aos efeitos gerados pelas condições socioeconômicas com foco nas vidas humanas que deveriam ser alvo de proteção. Nos anos 1970, especialmente a partir de 1974 com a chegada de Ernesto Geisel ao poder político como presidente, podia-se ver os efeitos da aceleração inflacionária ocasionada pela crise do petróleo, o que pôs um ponto final nos anos do “milagre econômico” (Reis, 2014, p. 200). Somado com o desafio da abertura política isso aprofundou as tensões e divisões sociais.

É verdade que na cena cultural brasileira dos anos 1960 a 1980 houve um crescente interesse de artistas e intelectuais sobre a figura do “marginal”, o que se expressou em obras muito variadas e com enfoques e compromissos ético-políticos distintos desde o manifesto *Seja marginal, seja herói* do artista plástico Hélio Oiticica em 1968, o filme *O bandido da luz vermelha* como símbolo do Cinema Novo e dirigido por Rogério Sganzerla em 1968 sobre a vida de um famoso delinquente, ou ainda *Querô* – uma reportagem maldita e outras obras teatrais impactantes de Plínio Marcos, conhecido como “escritor maldito” pelos temas que tratou e os enfoques deu ao abordar figuras do submundo do crime e da marginalidade em São Paulo. Depois, nos anos 1990, outros autores dariam outros contornos para a abordagem da marginalidade social como Paulo Lins em *Cidade de Deus* (1997) e Ferrez com *Capão Pecado* (2000).

Ao analisar a produção cultural daqueles anos 1960 a 1980, Marcelo Ridenti (2014, p. 271) avalia que:

Na prosa, a literatura pós-1964 ficou marcada pela diversidade e busca de novos rumos, críticos do convencionalismo, da escrita elegante, de certa verossimilhança da convenção realista, da linearidade narrativa, questionando-se a afirmação de qualquer ideologia política. Houve a sobreposição de vários caminhos, entre eles: a perda da visão de conjunto e a valorização de pormenores, a partir da obra seminal de Clarice Lispector, a atualização da literatura de oposição e inconformismo político em romances de autores muito diferentes, como os já maduros Antonio Callado e Érico

Veríssimo, e jovens como Renato Pompeu; os contos de Rubem Fonseca, João Antonio e Dalton Trevisan; a ruptura de normas com a inserção de recursos gráficos por autores como Roberto Drummond e Ignácio de Loyola Brandão, do romance *Zero*, que foi censurado e depois liberado nos anos 1970; as linguagens inspiradas no cinema e na TV, caso da obra de Sérgio Sant'Anna e de João Gilberto Noll.

Portanto, ao emergir na cena literária brasileira dos anos 1960 e ganhar ainda mais notoriedade e reconhecimento nos últimos anos de sua vida, a história e o espaço literário de Cora Coralina são portas de entrada para um universo lírico e político sobre a sociedade brasileira vista a partir de detalhes e figurações singulares. Da sua obra emerge um ato de partilhar com o outro as diferenças que constituem o mundo e as desigualdades que penalizam os mais pobres, estigmatizam os que não podem se defender e obliteram as oportunidades para aqueles cuja origem socioeconômica parece se constituir como um entrave. Da obra dessa poeta da existência e educadora das novas gerações se pode aparecer uma certa concepção de história. Para Cora Coralina a história como experiência humana no tempo e no espaço é algo que tem a ver com um jogo em aberto no qual a possibilidade de mudança existe.

Ela, que teve em sua própria carne as marcas das divisões e desigualdades de gênero, geração e região; ela que fez da leitura e da escrita uma forma de vida, nos ensina a olhar para a cultura como jogo aberto, ritmado pelas danças que praticamos e pelos olhares que exercemos sobre nós e os outros. A obra de Cora Coralina é um convite a viver a diferença, não esquecendo que por variadas circunstâncias as vozes alheias foram silenciadas. Todavia, ainda podem ser retomadas e vistas a partir de um compromisso ético com o mundo e a vida.

Tecer versos amargos sobre a criança marginalizada foi o seu modo de fazer a crítica da violência que saltava aos olhos, mas que nem todos queriam enxergar. Assim, delimitar cenários fétidos e sujos, mapear dores e indicar as misérias do mundo em uma poesia enérgica e triste foi a sua estratégia de participar da partilha do sensível, ou seja, participar da produção do social como espaço comum, compartilhado. Ao tornar a criança marginalizada e minorizada o objeto de uma denúncia também esteve em questão a tarefa de produzir uma nova forma de torná-la inteligível.

Cora Coralina, por meio de seus poemas e do modo particular como abordou as figuras da criança e do menor abandonado, demonstra como a ação no mundo sempre parte da capacidade de enxergar o outro e partilhar um espaço que é coletivo, mas paradoxalmente eivado por divisões. Ao seu modo ela redimensiona o papel da intelectual na cena pública, pois o ato de partilhar o sensível, neste sentido, significará sempre criar formas de educar o nosso olhar pela experiência e a escuta da alteridade. Isso se constitui como medida relevante na autoconstituição de si e no reconhecimento do outro como parte de quem somos, algo que se tece (im)pacientemente nas relações de poder e saber (sempre bélicas, mas produtivas!) que exercemos.

Referências

Fontes audiovisuais

O Bandido da Luz Vermelha. (longa-metragem). Direção de Rogério Sganzerla. Brasil, [S. n.], 1968. 92 minutos.

Legislação

BRASIL. *Decreto-lei nº 17.943-A, de 12 de out. 1927 – Código de Menores*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm. Acesso em: jun. 2024.

BRASIL. *Lei nº 6.697, de 10 de out. de 1979 – Código de Menores*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm. Acesso em: jun. 2024.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Curitiba: Appris, 2019.

ALVAREZ, Marcos César. *A emergência do Código de Menores de 1927: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores*. 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

AMADO, Jorge. *Capitães da Areia*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ARIÈS, Philippe. *História Social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ARISTÓTELES. *A poética*. São Paulo: Edipro, 2011.

BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

BOEIRA, Daniel Alves. *CPI do Menor: infância, ditadura e políticas públicas (Brasil, 1975-1976)*. 2018. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

BOTELHO, Rosana Ulhôa. *Sob o signo do perigo: o estatuto dos jovens no século da criança e do adolescente*. 2000. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e*

abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2006.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é só uma palavra. In: *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Século; Sociedade Unipessoal; LDA, 2003.

BRITTO, Clóvis Carvalho. *"Eu sou Paranaíba pra cá": literatura e sociedade em Cora Coralina*. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

CORALINA, Cora. Menor Abandonado, versos amargos para o Ano Internacional da Criança. In: *Poemas dos Becos de Goiás e outras estórias mais*. 23ª ed. São Paulo: Global, 2014.

CORALINA, Cora. Oração do Pequeno Delinquente. In: *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. 23ª ed. São Paulo: Global, 2014.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. A historiografia da infância na berlinda (?): entre um fantasma e um trampolim. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 15, n. 30, p. 158-204, 2023.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. Arthur Ramos e a criança problema: conexões entre a psicanálise e educação nas tecnologias da correção. *História da Educação*, Porto Alegre, v. 27, p. 1-29, 2023.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. *Mal-estar na história da infância: a invenção do menor infrator no Brasil contemporâneo*. 2021. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. Vicente Piragibe e as políticas para a criança: entre uma infância capital e a miséria da nação (Brasil, 1930). *Territórios e Fronteiras [Online]*, UFMT, v. 15, p. 137-170, 2022.

DAMINELLI, Camila Serafim. *Uma fundação para o Brasil Jovem: FUNABEM, menoridade e políticas sociais para a infância e juventude no Brasil (1964-1979)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

DELGADO, Andrea Ferreira. *A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias*. 2023. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2023.

FERREZ. *Capão Pecado*. São Paulo: Labortexto, 2000.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, 2017.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

GRANTS, Andréa Figueiredo Leão. *(Des)arquivar biografemas: a biblioteca de Cora Coralina*. 2016. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

GROPPO, Luís Antônio. *Introdução à Sociologia da Juventude*. Curitiba: Paco, 2017.

KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. População e sociedade. In: REIS, Daniel Aarão (Coord.). *Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

LIMA, Luiz Costa. *História, Ficção, Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LOURENÇO, José Maxsuel Lourenço Alves. *As lições do "Doutor MOBREAL": apropriações freireanas e educação sanitária nas cartilhas de educação de jovens e adultos em 1979 e 1985*. 2012. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande (PB), 2012.

MARCOS, Plínio. *Uma reportagem maldita (Querô)*. [S. l.]: Parma, 1979.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. *Educação pela higiene: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Paraíba do Norte (1849-1886)*. João Pessoa: Ideia, 2015.

MIRANDA, Humberto da Silva. *Nos tempos das FEBEM's: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco / 1964-1985)*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. São Paulo: Editora 34, 2009.

REIS, Daniel Aarão. A vida política. In: REIS, Daniel Aarão (Coord.). *Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

RIDENTI, Marcelo. Cultura. In: REIS, Daniel Aarão (Coord.). *Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, Marcos Cézár de (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2016.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. *Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

VEIGA-NETO, Alfredo. As idades do corpo: (material) idades, (divers)idades, (corporal) idades, (ident)idades. In: AZEVEDO, J. C. (Org.). *Utopia e democracia na educação cidadã*. Porto Alegre: Ed. Universidade; UFRGS; Secretaria Municipal de Educação, 2000.